

**CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA COBERTURA JORNALÍSTICA:
RELATOS DE RESISTÊNCIA E INFLUÊNCIAS DECOLONIAIS**

**CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS EN LA COBERTURA PERIODÍSTICA:
INFORMES DE RESISTENCIA E INFLUENCIAS DECOLONIALES**

Criselli Maria Montipó¹

RESUMO

A prática jornalística profissional é permeada de desafios, especialmente a cobertura de cidadania e direitos humanos no Brasil no atual cenário de esfacelamento democrático. A partir dos resultados da pesquisa de tese Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres (MONTIPÓ, 2020), este trabalho busca apresentar relatos de repórteres sobre a cobertura de temas relacionados aos direitos humanos, cidadania e democracia tendo como base o arcabouço da epistemologia decolonial. Apesar do esmorecimento da prática jornalística em diversos aspectos na contemporaneidade e da própria racionalidade jornalística ser construída a partir de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista (VEIGA DA SILVA, 2019) há fortes manifestações de resistência de repórteres para a cobertura sobre cidadania e direitos humanos no Brasil. Os exemplos citados a partir dos relatos de profissionais entrevistados evidenciam decolonialidade de saber, de ser, de poder, de gênero e da própria vida ou natureza. O trabalho desses profissionais cria fissuras em densas estruturas, como o coronelismo, o patriarcado, o capitalismo neoliberal e a colonialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Cidadania; Decolonialidade; Jornalismo; Resistência.

1 Mestre e doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2697-5685> E-mail: criselli@gmail.com.

RESUMEN

La práctica profesional periodística está permeada de desafíos, en especial la cobertura de la ciudadanía y los derechos humanos en Brasil en el actual escenario de ruptura democrática. Con base en los resultados de la investigación de tesis Sentidos de ciudadanía y derechos humanos en la práctica de los reporteros (MONTIPO, 2020), este trabajo busca presentar informes de reporteros sobre la cobertura de temas relacionados con los derechos humanos, la ciudadanía y la democracia a partir del marco de la epistemología decolonial. A pesar del desvanecimiento de la práctica periodística en varios aspectos en la contemporaneidad y de la propia racionalidad periodística que se construye a partir de un sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterosexista y occidentalista (VEIGA DA SILVA, 2014; 2019), existen fuertes manifestaciones de resistencia por parte de los reporteros para la cobertura de ciudadanía y derechos humanos en Brasil. Los ejemplos citados de los relatos de los profesionales entrevistados muestran la decolonialidad del saber, del ser, del poder, del género y de la vida o naturaleza. El trabajo de estos profesionales crea fisuras en estructuras densas, como el coronelismo, el patriarcado, el capitalismo neoliberal y la colonialidad.

PALABRAS LLAVE: Derechos Humanos; Ciudadanía; Decolonialidad; Periodismo; Resistencia.

Introdução

Profissão complexa, multifacetada e em constante transformação, a prática jornalística permanece marcada por sua responsabilidade social com a manutenção dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. Especialmente no Brasil, nação que integra o grupo de cinco países mais desiguais (conforme a Organização das Nações Unidas (ONU)), tal compromisso é ainda maior, tendo em vista o passado colonial, cujas marcas da colonialidade escancaram as desigualdades de renda, raça e gênero (GONZALEZ, 2000), frutos do colonialismo, da escravização, do genocídio negro e indígena que permanecem na contemporaneidade.

Outro componente é o cenário democrático contemporâneo degradado e em crise em inúmeros países, como no Brasil. Tendo em vista que os direitos humanos se originam de lutas sociais pela garantia de cidadania, a correlação com a democracia é central. A esfera democrática também é pano de fundo para o exercício do jornalismo. Assim, alta concentração dos meios de comunicação brasileiros, apropriados por poderes não-democráticos (MEDIA, 2017) gera manipulação midiática sobre os problemas sociais e suas soluções.

A partir desse contexto, apresentamos um recorte da investigação empírica realizada a partir entrevistas com repórteres brasileiros. Com intuito de compreender os sentidos de cidadania e direitos humanos predominantes entre repórteres (MONTIPÓ, 2020), as entrevistas ajudaram na análise sobre como a práxis e as concepções sobre o tema colaboram com o ideal jornalístico de promovê-los. Os relatos apontam atos de resistência na cobertura de temas relacionados aos temas. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar relatos de repórteres sobre a cobertura de temas relacionados aos direitos humanos, cidadania e democracia a partir do arcabouço da epistemologia decolonial.

Afinal, uma visão universalista acerca da cidadania e direitos humanos também

limita a inclusão democrática. O fato de pressupor a humanidade de todas as pessoas que são abrangidas por direitos, sem haver a concretização de tais humanidades de forma equitativa – principalmente devido à colonização e à normalização de violações – justificada pela ideia de conquista eurocêntrica, compromete o alcance e o avanço dos direitos humanos (MALDONADO-TORRES, 2019). Essa ideia de universalidade de direitos se baseia em uma única possibilidade de existência humana (PIRES, 2020), desenhada a partir do modelo de sujeito soberano de origem europeia, masculino, branco, cristão, cis heteronormativo, detentor dos meios de produção e sem deficiência.

Tais ideias, além de restringirem o acesso e a proteção aos direitos humanos, limita a perspectiva jornalística. Por isso, a discussão a seguir e os exemplos destacados nesse trabalho buscam evidenciar possibilidades outras, mais inclusivas.

Miradas para pensar (e fazer) jornalismo

A escolha da perspectiva epistemológica decolonial para pensar o jornalismo em um país de desigualdades, como o Brasil, busca se aproximar de visões mais aderentes à realidade do país e da América Latina. Ainda que mais recentemente trazida para pensar a prática jornalística, a decolonialidade enquanto campo teórico-metodológico e epistêmico vem se adensando desde o final da década de 1990, com um conjunto de estudos do que mais tarde se chamou de projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD). O grupo de estudiosos da América Latina atuou no aprofundamento e na expansão do pensamento crítico latino-americano a fim de questionar as narrativas oficiais e a configuração eurocêntrica do mundo. Nesse sentido, é importante demarcar que os termos decolonialidade ou decolonial se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus

principais dispositivos (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE et al., 2012).

Embora não haja consenso quanto ao uso das terminologias decolonial ou descolonial, oriundas das ideias de pós-colonialidade, a supressão do “s” não significa um anglicismo, mas uma distinção no “des” castelhano, pois não se pretende apenas desarmar ou desfazer o colonial, mas demarcar um caminho de luta contínua para construções alternativas e de ocupação de lugares (WALSH, 2009). A decolonialidade, portanto, aponta para a dissolução das estruturas coloniais que sustentam opressões.

A partir da ideia de colonialidade do poder, proposta por Quijano (2000), se entende o padrão de dominação global como a face oculta da modernidade. Portanto, a colonialidade do poder tem raízes históricas de exploração socioeconômica e se configura com a conquista da América, no mesmo processo em que se inicia a globalidade e se intensifica o modo de produção capitalista. Quijano (2000), nos adverte que colonialismo e colonialidade são opressões distintas, mas relacionadas. O colonialismo é um padrão de dominação mais antigo que se manifesta, em geral, no controle da autoridade política e dos recursos de produção. Ainda que forjada dentro do colonialismo, a colonialidade, por sua vez, provou ser mais profunda e duradoura, sendo imposta de modo enraizado nos últimos 500 anos, principalmente na América Latina.

O olhar decolonial mira, em especial, a subalternização da maioria da população mundial estabelecida a partir de eixos históricos e, portanto, estruturais: o controle do trabalho e o controle da intersubjetividade. Diante das possibilidades de resistência, insurgência e oposição a esses dispositivos de poder, a decolonialidade tenta construir relações – de saber, de ser, de poder, de gênero e da própria vida ou natureza – radicalmente distintas, como baliza Catherine Walsh.

Pensadores dos estudos decoloniais têm, portanto, expandido suas reflexões a outras dimensões e campos de articulação do poder, como é o caso da colonialidade

do ser proposta por Nelson Maldonado-Torres (2007). Nessa categoria, a modernidade é entendida como conquista permanente, edificada sobre as bases do aniquilamento de alguns grupos sociais a partir da construção de “raça”. Infelizmente, tal constructo social de racialização é usado para justificar o genocídio negro e indígena.

A colonialidade do saber (LANDER, 2000) é marcada pelo caráter eurocêntrico do conhecimento e se relaciona às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder. Nesse caso, o eurocentrismo universaliza a experiência europeia como modelo normativo, desqualificando outras formas de conhecimento.

Já a colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2011); compreende o ambiente como espaço subalterno a ser explorado ou modificado conforme as necessidades do regime de acumulação capitalista vigente. A colonialidade do gênero (LUGONES, 2008) compreende a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade com relação às violências contra entre as mulheres, intensificadas contra as mulheres racializadas.

A perspectiva decolonial pretende, portanto, provocar posturas e atitudes de transgredir, intervir, (in)surgir e incidir, conforme Walsh (2009). É importante demarcar a decolonialidade como projeto de intervenção sobre a realidade, não como moda acadêmica ou rótulo. Afinal, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, e Grosfoguel, Ramon et al. (2018) ressaltam que a decolonialidade abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas. Portanto, a teoria decolonial se debruça sobre os modos pelos quais os sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar na decolonização.

Perspectiva teórico-metodológica

Entre 2018 e 2020 (antes do início da pandemia de Covid-19) foram coletados relatos de jornalistas que atuam na mídia alternativa e convencional online, nas cinco regiões brasileiras. As 15 entrevistas em profundidade que compõem o corpus foram realizadas em perspectiva dialógica para compreender trajetórias de vida e profissionais.

A partir de uma metodologia híbrida, com foco na interseccionalidade como amparo teórico-metodológico, buscamos contribuições da teoria feminista e do pensamento decolonial para a análise. A interseccionalidade busca entender e analisar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021) flexionadas às clivagens de gênero, classe, raça, condição física entre outras, especialmente quando tratamos de estruturas sociais desiguais vinculadas à organização de poder centralizado¹. A matriz interseccional focaliza na compreensão das experiências das pessoas em hierarquias de poder e no entrelaçamento complexo dos padrões de dominação interdependentes que incidem sobre suas vivências.

Por meio da perspectiva dialógica, procuramos apreender os sentidos presentes na prática jornalística, por isso ajustamos o foco aos repórteres enquanto sujeitos, no poder de suas vozes e em suas metanarrativas. Para garantir a não-identificação dos profissionais consultados, escolhemos pseudônimos² baseados em nomes de jornalistas que fizeram história no país e atribuímos a cada pessoa entrevistada randomicamente, de modo a protegê-las com o anonimato. Outros cuidados especiais para garantir a confidencialidade na pesquisa foram a remoção de toda a informação que possibilite a identificação dos respondentes. No processo de transcrição houve a supressão de nomes de pessoas, cidades, empresas, vícios de linguagem e alguns dados de repórteres mencionados.

Adotamos uma matriz para a análise empírica do poder de voz de jornalistas, conforme Motta (2013)³, por compreendemos que no decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado há uma negociação simbólica e política com outros narradores pelo poder de voz. Na trama, denominada pelo autor de jogos de poder e estratégias narrativas no jornalismo, as vozes sobrepostas na comunicação jornalística são: 1) do veículo (jornal, revista, rádio, telejornal ou jornal online); 2) de jornalistas (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores, etc.); 3) das personagens (pessoas entrevistadas, vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma contra outra) (MOTTA, 2013).

Outro princípio norteador desta pesquisa é o entendimento de que é situada neste espaço-temporal, o que a estabelece como um recorte, uma janela de onde se podem espreitar o fenômeno vivo, em ebulição, dos sentidos de cidadania e direitos humanos manifestados por repórteres. Isso ocorre em um momento de fragmentação democrática, ao mesmo tempo em que se aprofundam as discussões sobre pluralidade, diversidade e a perspectiva decolonial ganha mais força para além das áreas acadêmicas que a originaram.

A partir do mosaico de possibilidades para seleção das pessoas entrevistadas, foram levadas em conta questões de gênero, faixa etária e diversidade étnico-racial. O principal interesse, nesse caso, foi de apresentar pluralidade de pessoas, já que suas opiniões, sentimentos, identidades, ideologias, cosmovisões, hábitos e práticas conformam distintas percepções sobre cidadania e direitos humanos. Desse modo, a abrangência foi geograficamente representativa, com profissionais consultados em capitais das cinco regiões brasileiras. Ainda que centralizada na figura de repórteres enquanto função profissional, procuramos abranger, dentro dessa categoria, pluralidade e diversidade de gênero, tempo de experiência na profissão, tipo de veículo (convencional ou alterativo) e editorias.

A análise aqui realizada, que tem como base as entrevistas realizadas na pesquisa

de tese, busca focar o olhar em perspectivas de jornalistas que transgridam os muros de um jornalismo construído sobre bases excludentes. Afinal, a racionalidade jornalística predominante foi assentada a partir de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista (VEIGA DA SILVA, 2019). Apesar desse contexto, há manifestações de resistência de repórteres na cobertura sobre cidadania e direitos humanos no Brasil.

Assim, a seleção dos relatos a seguir busca trazer visões de profissionais que desafiam a colonialidade de saber, de ser, de poder, de gênero e da própria vida ou natureza, apontando caminhos para um jornalismo mais inclusivo e atento às desigualdades brasileiras.

Rupturas e resistências

Ainda que a pesquisa de tese (MONTIPÓ, 2020) tenha ouvido relatos de repórteres que se curvam às linhas editoriais excludentes e eticamente questionáveis, há um grupo crescente de profissionais entrevistados que enfrenta camadas simbólicas e rompe com silenciamentos. Muitas vezes tolhidos de suas próprias liberdades de expressão, repórteres têm criado alternativas para colocar em pauta temas de interesse social, apesar das estruturas.

Profissionais de várias gerações nos contam sobre os esforços que desempenham para construir um lastro que conjugue suas habilidades técnicas e seus propósitos, tendo, inclusive, que afrontar as amarras que em alguns momentos impedem sua atuação profissional.

Sobre a interseccionalidade de classe, gênero, raça, entre outras, notamos que a presença de mulheres e pessoas negras têm impactado a defesa dos temas relacionados aos direitos humanos nas redações. Apesar do esmorecimento da prática jornalística em diversos aspectos na contemporaneidade, essas repórteres

são pilares de fortalecimento de novas possibilidades jornalísticas, tanto em veículos do jornalismo hegemônico, quanto na mídia alternativa.

Durante as entrevistas, foi nítido o impacto da perspectiva feminista na práxis de repórteres. É o caso do relato da jovem Antonieta⁴, que na época da realização da entrevista tinha 24 anos, era recém-formada e atuava em um coletivo de jornalistas. Seu olhar é decolonizado: “O jornalismo está dentro dessa sociedade que é machista, racista e classista. Ele não está excluído, ele não está fora dessa sociedade, então ele reproduz os mesmos preconceitos” (informação verbal). Para Antonieta, a responsabilidade jornalística passa pelo cuidado na escolha das fontes e no ângulo das histórias. Lembra de uma experiência que teve quando foi estagiária na área de comunicação do Tribunal de Contas e atuava na produção de um programa cujas fontes consultadas eram, na maioria, mulheres. “Quando a proposta chegou lá eles acharam que a gente ia falar sobre maquiagem, cabelo, só que não, existem economistas, existem geógrafas, existem mulheres em todas as profissões...” (informação verbal).

Por isso, sua perspectiva de gênero e racial é a lente para narrar o cotidiano, ao se definir como mulher negra, jornalista, comprometida com os direitos humanos e com a diminuição das desigualdades. Ser repórter, para Antonieta, é enxergar a partir desse enfoque, é cravar as palavras na pele para que elas expressem o que já foi silenciado sobre sua cultura e sobre seus ancestrais. Seu trabalho jornalístico busca decolonizar a construção de gênero e as perspectivas únicas sobre ser.

Patrícia, repórter especial e uma das idealizadoras de um projeto jornalístico sobre feminicídio, também exemplifica essa postura:

O movimento feminista está aí, há milhares de anos lutando por igualdade tal, e a gente está dando passos. E aí nesse sentido eu fico muito feliz de estar fazendo o trabalho [Nome do projeto] onde o feminicídio está em pauta. Onde as mulheres, isso é muito incrível.... Você tem garotas de 14, 15, 16 anos com consciência

(informação verbal).

Lançado por um conglomerado de mídia, a iniciativa em que Patrícia atua mobilizou cerca de 30 repórteres mulheres de diversos veículos do grupo empresarial para fazer cobertura sobre os assassinatos. Segundo ela, o projeto resultou de grande planejamento e de muita persistência. “Convencimento, de levar para o chefe, de dizer é possível, sim” (informação verbal).

Um trabalho dessa magnitude é permeado de dificuldades. Exige estratégias de enfrentamento para que as pautas sigam adiante e atravessem as barreiras nos jogos de poder existentes nas redações, especialmente da mídia convencional. Patrícia exemplifica que os desafios existem e é preciso driblar com criatividade, sempre demarcando o interesse social do tema, como é o caso de coberturas sobre feminicídio. Com mais de 20 anos de experiência na reportagem, ela apura seu olhar jornalístico, sem deixar de lado sua vivência como mulher em uma sociedade sexista. “São muitas formas de você continuar fazendo [...]. Você não precisa tacar fogo lá no meio da redação, no próprio corpo” (informação verbal).

Patrícia diz que seguir trabalhando na reportagem, incluindo pautas como essa, demanda uma postura ativa. Destaca que enquanto estiver na redação não vai descansar. Explica que reportar vai além de escrever, precisa gerar reflexões e conexões. Tem que ter a preocupação de ligar os pontos. Patrícia não adere à perspectiva da imparcialidade. Defende que ser repórter é ter a capacidade de observar a realidade, se sensibilizar e se impactar. Seu trabalho busca romper com formas coloniais de poder e de gênero.

Gisela⁶ é outra representante dessa perspectiva. Entende que sua função de repórter em um conglomerado midiático se pauta por compreender e narrar a dimensão do direito humano. Ela, que se identifica como mulher lésbica, frisa que o exercício de ser repórter passa pelo entendimento das semelhanças e

singularidades da vida social. Por isso busca colocar em pauta temas da comunidade LGBTQIA+. Está disposta a problematizar e refletir sobre esses assuntos, por isso protagoniza embates na redação com as chefias. “É um convencimento a gente falar que não é ‘parada gay’, mas é uma parada de diversidade sexual. Porque, claro, é uma nomenclatura. ‘Isso é uma besteira, é um nome’. Não, não é um nome, para a nossa geração é um recorte” (informação verbal).

Defende, portanto, que é um esforço permanente tirar da invisibilidade aquilo que afeta um grupo minoritário. Ela explica que quando jornalistas nunca foram ameaçados nem passaram por uma situação de violência, o direito – que é de todos – parece estar mais no campo do outro, é uma batalha do outro. Por isso, sua disputa é fazer com que o jornal, enquanto instituição, considere dar visibilidade a esses espaços e modos de vida diversos, diversificados, plurais. Gisela aceita a tarefa de traduzir a linguagem dos direitos. Busca compreender esses falares, decolonizar.

Movimento semelhante é feito por Eugênia⁷, que na época cobria para a mídia alternativa as editorias de Meio Ambiente, Ciência e Conflitos. Eugênia defende que jornalistas precisam estar atentos às violações de direitos e relatar os temas invisibilizados:

É um indígena que não pode viver na terra dele. É um ribeirinho que está sendo afetado por uma construção de uma usina hidrelétrica. A prioridade é a obra. Não a vida do ribeirinho, não a vida do indígena. Isso é uma violação dos direitos humanos, uma violação em todos os sentidos. É uma violência. E como jornalista a gente não pode fechar os olhos. [...] A gente não tem poder, na verdade, para impedir que esse tipo de coisa aconteça. O nosso poder é a palavra, não é? É a gente poder falar e se fazer ouvir (informação verbal).

Eugênia lembrou da reportagem que produziu sobre um menino que vivia em uma comunidade extrativista e foi infectado por raiva. Desde então ele vive na UTI de um hospital, distante da família, que não tem condições de comprar equipamentos para uma UTI domiciliar e pagar por atenção médica. “O governo acha isso tudo muito caro. Acha por bem manter o menino internado, para sempre lá. Enquanto os pais vivem nesta condição de penúria, aqui na cidade” (informação verbal). Para Eugênia, é importante revelar que o valor gasto pelo governador, em um mês de diárias, seria suficiente para instalar a UTI na casa deles. Desse modo, Eugênia desafia a colonialidade do poder e da própria vida ou natureza. Também indica uma aproximação na decolonização do saber ao criticar os estereótipos sobre os modos de vida e saberes de ribeirinhos e indígenas:

Para a gente que vive bem às custas de dinheiro, que tem todas essas necessidades que nós temos, é um pouco difícil a gente entender que existem pessoas que não precisam disso. Que conseguem viver sem isso. É difícil a gente entender que tem uma família como a do seu [Nome], que gosta de viver lá na sua casinha, de madeira na beira do rio, plantando o que vai comer, pescando seu peixe, entendeu? E usando dinheiro só para comprar combustível quando precisar sair da comunidade. É um pouco difícil para a gente entender isso. É difícil para a gente entender que o indígena não toma café da manhã, faz almoço e jantar como a gente. É difícil a gente entender que o indígena acorda e já come uma paca, entendeu? E depois no final do dia ele só vai comer um biju. Para a gente é um pouco difícil entender diversidade. A gente pensa que eles vivem em uma situação de penúria, pobres coitados, não sei o quê e tudo mais, mas eles têm menos necessidades que a gente. Esse modo de vida, exige menos do que o nosso. Por isso que eles causam muito menos impacto (informação verbal).

Desse modo, Eugênia valoriza os saberes dos povos originários e ligados à natureza. Busca construir outras formas de narrar suas vivências para aproximar as pessoas de outros modos de ser e viver, que desafiam a lógica do capitalismo neoliberal. Seu trabalho causa rupturas, mas esse enfrentamento ocorre às custas de muita resistência e empenho em compreender a diversidade e a pluralidade da vida. Eugênia relata violência durante sua rotina profissional.

É muito difícil trabalhar aqui na [Local]. A gente percebe isso porque as coisas estão cada vez mais difíceis e tão perigosas. Imagina, se está difícil para o ribeirinho, se está difícil para a pessoa que vive lá na comunidade. Eu estou cuidando de uma pauta na comunidade chamada [Nome]. Lá as pessoas estão se sentindo ameaçadas. Imagina eu, como jornalista, que não sou membro da comunidade, chego lá, para fazer uma reportagem, para investigar isso. Estou ameaçada e meia. Então se a situação já está ruim para quem mora lá, imagina para a gente (informação verbal).

A marca de ser repórter de Eugênia é definida pela insubordinação. Por isso, ela não se conforma diante do que julga inadequado. Conta que sempre teve conflito muito grande com autoridade. “Eu cresci um pouco assim. Por isso que eu digo: acho que eu sou jornalista por rebeldia” (informação pessoal). Quando entrevistei Eugênia, ela estava em viagem com a família, durante um feriado. Mesmo assim, assumiu o plantão à distância. Me disse que era para manter seu papel de vigilância, que é como entende o compromisso jornalístico. Defende que ser repórter é estar nos lugares, ver as situações com seus próprios olhos, mas também sentir e refletir.

O recorte aqui evidenciado não esgota a questão, mas transparece um processo de ruptura de visões de mundo de repórteres diante de paradigmas universalistas. Tais

perspectivas impactam diretamente seus modos de pensar e fazer jornalismo.

Considerações finais

Informar uma sociedade desigual com vistas a reduzir tais desigualdades por meio do acesso à informação é tarefa árdua diante do oligopólio, do coronelismo e da colonialidade ainda presentes nos meios de comunicação. Neste momento de rupturas e mutações na profissão, demonstramos que a democracia inclusiva depende de outras corporeidades, inclusive no jornalismo.

Apesar das macroestruturas sociais e poderes simbólicos que atravessam a prática jornalística – forças econômicas, políticas, técnicas, entre outras – alguns repórteres conseguem ultrapassar limites impostos. A subjetividade mostrou-se um pressuposto necessário, uma potência. Além disso, as intersubjetividades não podem ser entendidas fora das clivagens de classe, gênero, raça, entre outras. Dessa forma, lugares sociais, vivências, trajetórias, formação, e experiências de repórteres colocam-se como centrais. As repórteres mulheres, que agora são maioria na categoria profissional, têm impulsionado a discussão sobre questões de gênero, de classe e étnico-raciais e, com isso, mobilizado colegas a também se preocuparem com tais abordagens. A emergência de novos credos, cores e formas de amar nas redações têm possibilitado múltiplos olhares e com isso, ampliam a escuta de vozes sociais silenciadas. Jornalistas em seus próprios lugares de fala têm denunciado que a marginalização é produção social.

Porém, não bastam profissionais comprometidos. A estrutura profissional, ainda mais desafiadora frente à fragmentação democrática e aos arranjos econômicos dos veículos, exigem que sejam resilientes, transgressores, rebeldes e insubordinados. É na dureza da rotina jornalística que repórteres conquistam seus espaços e resistem. Tais contranarrativas têm promovido algumas fissuras nas densas

estruturas, graças à consciência crítica de um pequeno – mas crescente grupo de repórteres – que passa a externalizar posturas antirracistas e com perspectiva de gênero, classe ou condição social nas coberturas.

Uma marca presente nas entrevistas é a busca de atualização de repórteres nos temas relacionados aos direitos humanos para suprir lacunas de suas formações e no decorrer da atuação profissional. A educação para os direitos possibilita escuta. Uma formação contínua, decolonizada, propicia o encontro com a diversidade. Sua força transformadora impulsiona o papel educativo do jornalismo. Talvez assim possamos ampliar o grupo de jornalistas comprometidos socialmente como agentes de cidadania que estimulem o senso crítico dos públicos. Um jornalismo decolonizado que possa romper com as desigualdades.

Referências Bibliográficas

ALIMONDA, Héctor (org.). La naturaliza colonizada. Ecología política y minería em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (orgs). Decolonialidade e pensamento afrodiásporico. Belo Horizonte, Autêntica. 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. Arte e ensaios, Rio de Janeiro, n. 38, 2000, p. 222-225.

LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (org.). Género y descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2008, p. 13-54.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Da colonialidade dos direitos humanos. In: SANTOS, B. de S.; MARTINS, B. S. (orgs). O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade. Epistemologias do Sul 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón

(orgs.). El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: 2007, p. 127-67.

MEDIA Ownership Monitor Brasil. Quem controla a mídia no Brasil?. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 23. jan. 2023.

MONTIPÓ, Criselli Maria. Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres. 2020. 347 p. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise crítica da narrativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PIRES, T. R. de O. Por uma concepção amefericana de direitos humanos. In: HOLLANDA, H. B. de (org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-245.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha et al. Estudios decoloniales: un panorama general. Antropólogos del Atlántico Sur, Revista Kula, n. 6, Buenos Aires, 2012, p. 8-21.

VEIGA DA SILVA, Marcia. Trajetórias de vida como ingrediente de práticas jornalísticas afeitas à alteridade. In: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da Silva (orgs). Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.

<https://doi.org/10.23925/2318-5023.2022.n6.e60818>



WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009.